



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 7, n. 10, out.2001. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o Governo Central apresentou superávit de R\$ 2,2 bilhões em suas contas primárias. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 3,2 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 954,4 milhões e R\$ 50,8 milhões, respectivamente. No ano, o superávit primário acumulado atingiu R\$ 25,9 bilhões, ou aproximadamente 2,66% do PIB estimado para o período.

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 2,2 bilhões em outubro de 2001.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Set 2001	Out 2001	Jan-Out 2000 2001	
I. RECEITA TOTAL	21.192,4	23.495,2	190.749,4	221.038,2
I.1. Receitas do Tesouro	16.280,9	18.422,8	147.221,7	172.228,5
I.1.1 Receita Bruta	16.699,2	18.993,1	153.952,4	177.727,8
I.1.2. (-) Restituições	-418,3	-570,3	-5.876,9	-5.280,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-853,7	-219,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.911,5	5.072,3	43.527,6	48.809,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.858,7	3.561,5	32.939,5	37.668,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	17.333,7	19.933,6	157.809,9	183.369,9
IV. DESPESA TOTAL	15.726,2	17.655,8	135.693,2	156.921,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.806,2	4.785,8	44.463,0	51.210,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.019,1	6.026,7	50.186,6	57.367,4
IV.3. Custeio e Capital	4.900,9	6.843,2	41.043,6	48.344,0
IV.3.1. Despesas do FAT	563,1	604,9	4.715,3	5.422,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	138,1	1.279,2	3.063,0	3.792,3
IV.3.3. Outras Despesas	4.199,8	4.959,1	33.265,2	39.129,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.607,4	2.277,8	22.116,7	26.448,2
V.1. Tesouro Nacional	2.715,1	3.232,2	28.775,7	35.005,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.107,7	-954,4	-6.659,0	-8.557,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-76,8	-50,8	-344,4	-512,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.530,6	2.227,0	21.772,3	25.936,1
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,44%	2,66%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: out2001/out2000	
Receitas	15,9%
Tesouro	17,0%
Previdência	12,1%
Transferências	14,4%
Receita Líquida	16,2%
Despesas	15,6%
Benefícios	14,3%
Pessoal	15,2%
Custeio e Capital	17,8%

O principal fator que explica o resultado apresentado foi a elevação das receitas do Tesouro Nacional, em relação ao mês anterior. A arrecadação de impostos e contribuições sociais administrados pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiu R\$ 17,1 bilhões, com destaque para IRPJ e CSLL. Essa elevação está associada à arrecadação da cota única ou da primeira cota desses tributos referentes à apuração trimestral encerrada em setembro. As demais receitas do Tesouro Nacional aumentaram 18,0% em relação ao mês anterior, com destaque para a arrecadação trimestral referente à participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. No acumulado do ano, as receitas de impostos e contribuições passaram de 15,3% do PIB em 2000 para 16,0% do

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,4%	22,6%
Transferências	3,7%	3,9%
Receita Líquida	17,7%	18,8%
Despesa Total	15,2%	16,1%
Resultado Primário	2,4%	2,7%

PIB em 2001 e as outras receitas passaram de 1,9% do PIB para 2,2% do PIB, no mesmo período de comparação.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	3,2%	3,6%
Previdência Social	-0,7%	-0,9%
Banco Central	0,0%	-0,1%
Governo Central	2,4%	2,7%

No que se refere às despesas do Tesouro Nacional, vale destacar a apropriação do subsídio referente à securitização de dívidas agrícolas renegociadas no âmbito das Leis nº 9.138/1995 e 9.866/1999. O montante apropriado foi de R\$ 1,1 bilhão.

A Previdência Social apresentou déficit equivalente a 0,88% do PIB estimado para o período de janeiro a outubro deste ano, contra 0,75% do PIB verificado em idêntico período do ano anterior. Destaca-se o incremento de R\$ 5,7 bilhões das contribuições previdenciárias, resultante do esforço de recuperação de receitas e, adicionalmente, dos reajustes na tabela de contribuições a partir de maio de 2001. Por sua vez, o aumento das despesas com benefícios previdenciários decorreu, em larga medida, do reajuste do salário mínimo em abril, cujo impacto no caixa deu-se em maio (para beneficiários que recebem o piso) e julho (para benefícios com valores superiores ao salário mínimo).

Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional totalizou R\$ 35,0 bilhões até outubro, equivalente a 3,6% do PIB.

O Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 35,0 bilhões no ano, R\$ 6,2 bilhões superior, em termos nominais, ao obtido no mesmo período de 2000. Em proporção do PIB, houve incremento de 0,4 ponto percentual no resultado do Tesouro Nacional, sendo o destaque o aumento nas receitas (líquidas de restituições e incentivos fiscais), as quais passaram de 16,5% do PIB, até outubro de 2000, para 17,6% do PIB, este ano. Entre os principais itens que contribuíram para tal evolução, destacam-se: (i) arrecadação da Cofins: R\$ 6,1 bilhões superior à verificada no ano anterior; (ii) royalties petróleo e participação especial: R\$ 1,4 bilhão acima da receita observada em 2000; (iii) dividendos pagos à União: acréscimo de R\$ 1,1 bilhão; (iv) receitas e taxas parafiscais: incremento de R\$ 934,2 milhões; e (v) receitas decorrentes do parcelamento do Refis: R\$ 570,5 milhões acima das observadas em 2000.

As transferências a estados e municípios cresceram 0,2 ponto percentual do PIB no ano, em decorrência basicamente do aumento no imposto de renda. As despesas do Tesouro Nacional, por sua vez, passaram de 9,6% do PIB para 10,2% do PIB, com os itens "pessoal e encargos" e "custeio e capital" atingindo 5,2% do PIB e 5,0% do PIB, respectivamente. O crescimento dos gastos com pessoal decorreu, em boa medida, do realinhamento de salários para algumas carreiras estratégicas do setor público. Por sua vez, as despesas de

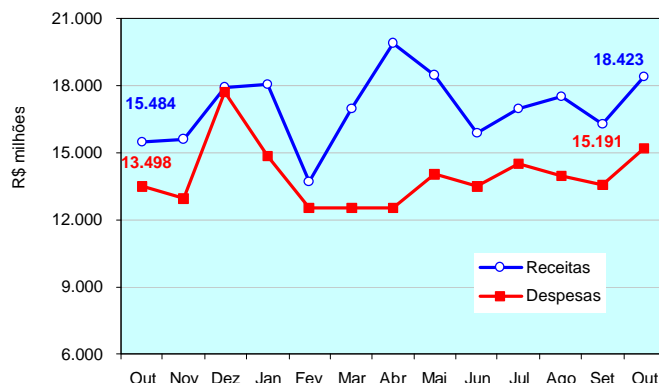
RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,5%	17,6%
Transferências	3,7%	3,9%
Despesas do Tesouro	9,6%	10,2%
Resultado Primário	3,2%	3,6%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

custeio e capital tiveram acréscimo devido à elevação de recursos destinados à área da Saúde e ao incremento nas despesas com subsídios à agricultura e às exportações.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional

Brasil, 2000/2001



Em outubro, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 19,0 bilhões, superior em R\$ 2,3 bilhões à arrecadação do mês anterior. As receitas com impostos e contribuições sociais administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiram R\$ 17,1 bilhões, um acréscimo de R\$ 2,0 bilhões em relação à receita de setembro. Essa elevação está associada ao recolhimento relativo à cota única ou primeira cota do IRPJ e CSLL, referente à apuração trimestral encerrada em setembro. Com isso, as receitas do IRPJ e da CSLL registraram crescimento de R\$ 871,6 milhões (84,0%) e R\$ 436,5 milhões (70,5%), respectivamente.

A ocorrência de cinco semanas de fatos geradores nesse mês, contra apenas quatro em setembro, afetou a arrecadação dos tributos com recolhimento semanal. Com isso, a arrecadação da CPMF foi maior em R\$ 410,9 milhões (30,4%), o IRRF-Rendimentos do Trabalho em R\$ 259,9 milhões (17,3%), o IRRF-Rendimentos do Capital em R\$ 254,8 milhões (18,9%) e o IOF em R\$ 55,2 milhões (19,4%).

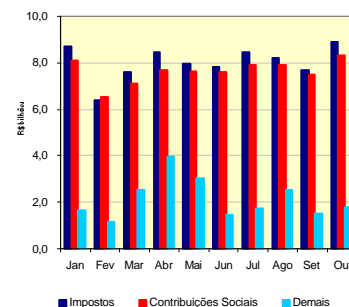
Também contribuiu para a elevação da receita bruta do Tesouro Nacional o maior número de dias úteis em outubro, comparativamente a setembro, com reflexo sobre o Imposto de Importação e o IPI-Vinculado à Importação, cujo aumento foi de R\$ 105,7 milhões (14,7%) e R\$ 57,0 milhões (15,0%), respectivamente.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

As receitas administradas pela SRF apresentaram elevação de R\$ 2,0 bilhões em outubro, devido ao pagamento da cota única ou 1ª cota do IRPJ e da CSLL.

Receita Bruta do Tesouro Nacional

Brasil, 2001



Por outro lado, houve redução nas receitas do IRPF no valor de R\$ 163,2 milhões (46,8%), devido ao encerramento das cotas da declaração de ajuste do ano-calendário 2000, e do IRRF-Remessas ao Exterior, R\$ 84,6 milhões (17,8%), em virtude de arrecadação extra em setembro.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 1,8 bilhão, superior em R\$ 273,1 milhões ao registrado no mês anterior. O destaque foi a arrecadação referente ao repasse trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997) no valor de R\$ 509,5 milhões, conforme procedimento definido pelo artigo 25 do Decreto nº 2.705/1998.

Por sua vez, houve queda no resultado da Conta Petróleo (R\$ 120,2 milhões), receitas de dividendos (R\$ 96,2 milhões), concessões (R\$ 73,0 milhões) e das receitas arrecadadas pelos órgãos da administração direta e indireta (R\$ 16,6 milhões).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Até outubro, as receitas do Tesouro Nacional perfizeram 18,2% do PIB, contra 17,2% do PIB em igual período do ano passado.

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 177,7 bilhões, o equivalente a 18,2% do PIB estimado até outubro, contra 17,2% do PIB em igual período de 2000. As receitas de impostos e contribuições passaram de 15,3% do PIB em 2000 para 16,0% do PIB em 2001 e as outras receitas passaram de 1,9% do PIB para 2,2% do PIB, no mesmo período de comparação.

Em termos nominais, a receita bruta recolhida até outubro deste ano foi R\$ 23,8 bilhões (15,4%) superior à observada em idêntico período de 2000. No que se refere às receitas administradas pela SRF, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram: i) mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e no pagamento por substituição pelo setor automotivo, o que contribuiu para o crescimento verificado na arrecadação da Cofins (R\$ 6,1 bilhões) e do PIS/Pasep (R\$ 1,1 bilhão); e ii) depreciação da taxa de câmbio, o que afetou as receitas do IRRF sobre capital relacionada às operações de *swap* (R\$ 1,6 bilhão), do IRRF sobre remessas ao exterior (R\$ 1,1 bilhão) e do Imposto de Importação (R\$ 1,0 bilhão).

Por outro lado, apresentaram redução nominal o IRPJ (R\$ 764,4 milhões) e o IRRF-Outros Rendimentos (R\$ 247,6 milhões). Isso se deveu à arrecadação extraordinária de depósitos judiciais e administrativos em 2000, no valor de R\$ 1,1 bilhão para o IRPJ e R\$ 573,0 milhões para o IRRF-Outros Rendimentos.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	7,9%	8,2%
Imposto de Renda	5,1%	5,4%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,1%	1,1%
Contribuições Sociais	7,4%	7,8%
Cofins	3,6%	3,9%
CPMF	1,3%	1,5%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,6%	1,6%
Demais	1,9%	2,2%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,6%	0,4%
Outras	1,2%	1,4%
Total Bruto	17,2%	18,2%

No acumulado do ano, as “demais receitas” do Tesouro apresentaram aumento nominal de 24,5% em relação a 2000, equivalente a R\$ 4,2 bilhões. Tal incremento concentrou-se basicamente em: i) *royalties* petróleo e participação especial (R\$ 1,4 bilhão); ii) dividendos pagos à União (R\$ 1,1 bilhão); iii) receitas e taxas parafiscais (R\$ 934,2 milhões); iv) parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal – Refis (R\$ 570,5 milhões); e v) contribuição para a pensão dos militares (R\$ 435,8 milhões).

Quanto à arrecadação de *royalties* petróleo e participação especial (Lei nº 9.478/1997), o acréscimo decorreu do aumento da produção interna tributada (12%) de petróleo e gás natural e do aumento do preço médio de referência (25%), este influenciado principalmente pela depreciação da taxa de câmbio em 2001. No caso da participação especial, além dos fatores mencionados, sua cobrança caracteriza-se pela progressividade das alíquotas, observando-se este ano aumento de arrecadação da ordem de 66,7% frente ao mesmo período de 2000.

Em relação aos dividendos pagos à União, foram arrecadados R\$ 2,6 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão registrado no mesmo período de 2000, com destaque para o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que efetuou recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000 no valor de R\$ 378,7 milhões, e para a Petrobras, que efetuou pagamento antecipado de dividendos no montante de R\$ 371,0 milhões.

O acréscimo nas receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta esteve associado a: i) receitas de serviços de processamento de dados (R\$ 216,2 milhões, 106,1%); e ii) receitas de serviços hospitalares (R\$ 208,7 milhões, 462,1%). No caso das receitas de processamento de dados, a arrecadação foi afetada pelo pagamento ao Serpro de serviços relativos a exercícios anteriores. Quanto às receitas de serviços hospitalares, o acréscimo decorreu da cobrança da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar aos militares inativos, no âmbito da reestruturação da remuneração dos militares definida nos termos da Medida Provisória nº 2.215-10/2001.

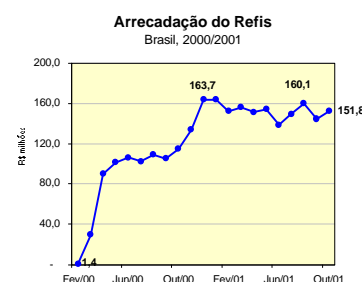
O acréscimo na contribuição para a pensão dos militares, de R\$ 435,8 milhões (332,5%), decorreu da extensão dessa contribuição aos pensionistas, associada à mudança na sistemática de contribuição, em conformidade com a nova redação dada ao art. 3º da Lei nº 3.765/1960 pelo art. 27 da Medida Provisória nº 2.188-10/2001.

Os ingressos decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Refis atingiram R\$ 1,1 bilhão até outubro deste ano, contra R\$ 570,2 milhões em

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Out (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	17.208,3	21.428,0
Conta Petróleo	-	407,5
Dividendos da União	1.530,0	2.647,6
Concessões	5.140,3	4.325,9
Outras	10.538,0	14.047,1

O aumento da arrecadação de royalties petróleo e participação especial, de R\$ 1,4 bilhão no acumulado do ano, decorre do aumento da produção interna tributada e da depreciação cambial em 2001.

Até o período, a União recebeu R\$ 1,1 bilhão de dividendos a mais que no ano passado.



igual período de 2000. O gráfico ao lado apresenta a evolução do recolhimento do programa a partir do seu início em fevereiro daquele ano.

Transferências a estados e municípios

Até outubro, as transferências a estados e municípios passaram de 3,69% do PIB estimado em 2000 para 3,86% do PIB em 2001, perfazendo um incremento de R\$ 4,7 bilhões. No que concerne às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo de R\$ 4,5 bilhões (17,7%), refletindo o bom desempenho dos tributos partilhados. Assim, à exceção de março, em todos os demais meses de 2001 tais transferências superaram aquelas observadas em 2000.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	2,83%	3,05%
Desoneração do ICMS	0,37%	0,31%
Demais	0,48%	0,50%
Total	3,69%	3,86%

Os repasses decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 87/1996 apresentaram redução de R\$ 343,4 milhões (10,3%) no ano. Esse comportamento está associado à mudança na sistemática de repasse das transferências instituída pela Lei Complementar nº 102/2000, regulamentada pela Medida Provisória nº 1.816/2000 e convertida posteriormente na Lei nº 10.195/2001, o que resultou em concentração de liberações em agosto e setembro do ano passado.

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Out (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	1.429,4	1.681,5
Royalties Lei 9478	1.453,3	2.009,1
Fundef	435,0	375,4
Outras	984,1	833,1
Total	4.301,9	4.899,1

As demais transferências atingiram R\$ 4,9 bilhões até outubro, correspondendo a 0,50% do PIB, ligeiramente superior ao nível verificado em 2000. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 597,3 milhões (13,9%), associado, principalmente, ao crescimento de R\$ 555,8 milhões dos *royalties* petróleo e participação especial (Lei nº 9.478/1997), e às transferências do salário-educação, cuja elevação foi de R\$ 252,2 milhões. Os repasses para o Fundef estão inferiores em R\$ 59,6 milhões, devido ao comportamento favorável das outras fontes de arrecadação do Fundo, o que diminuiu as necessidades de complementação de recursos pela União.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 19,8%, equivalente a R\$ 1,9 bilhão em relação ao mês de setembro, sendo R\$ 1,1 bilhão na rubrica "subsídios e subvenções". O comportamento desses gastos é explicado pela apropriação em outubro de subsídios relativos à securitização da dívida agrícola.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL 2001		
DISCRIMINAÇÃO	Set	Out
Pessoal e Encargos	4.806,2	4.785,8
Custeio e Capital	4.900,9	6.843,2
Despesas do FAT	563,1	604,9
Subsídios e Subvenções	138,1	1.279,2
Outras	4.199,8	4.959,1

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) apresentaram elevação de 7,4% comparativamente a setembro, atingindo o montante de R\$ 604,9 milhões este mês, contra R\$ 563,1 no mês anterior. Enquanto os gastos com abono e seguro desemprego aumentaram, verificou-se diminuição

nas demais despesas operacionais do FAT, que passaram de R\$ 79,7 milhões em setembro para R\$ 64,3 milhões este mês.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas passaram de R\$ 138,1 milhões em setembro para R\$ 1,3 bilhão este mês. Em outubro foi realizada a apropriação da parcela de R\$ 1,1 bilhão relativa à securitização agrícola, com base nas Leis n.º 9.138/1995, 9.866/1999 e Medida Provisória n.º 9, de 31/10/2001 (vide caixa 1).

Por sua vez, a despesa com subsídio às exportações associadas ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) apresentou decréscimo de 8,1%, em relação ao mês anterior, atribuído, basicamente, à menor emissão de títulos federais para pagamento da equalização de taxas de juros no âmbito daquele programa.

Relativamente à rubrica “outras despesas de custeio e capital”, observou-se aumento de 18,1%, correspondente a um acréscimo de R\$ 759,3 milhões em relação ao mês setembro. Esse gasto adicional no mês é explicado pela fato de que diversos órgãos realizaram pagamentos com recursos que haviam sido liberados pelo Tesouro Nacional em meses anteriores. As despesas com custeio e investimento em ações na área da Saúde atingiram o montante de R\$ 1,7 bilhão, contra R\$ 1,6 bilhão no mês anterior.

No período de janeiro a outubro de 2001, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 10,2% do PIB, apresentando crescimento de 0,6 ponto percentual do PIB em relação às verificadas em igual período de 2000. Os gastos com pessoal e encargos sociais registraram aumento de 0,3 ponto percentual do PIB.

Em termos nominais, a folha do funcionalismo aumentou 15,2%, o que corresponde a um acréscimo de R\$ 6,7 bilhões em relação a 2000, reflexo do realinhamento salarial adotado para algumas carreiras estratégicas do setor público, incluindo a reestruturação da carreira militar das Forças Armadas, a partir de janeiro deste ano, conforme Medida Provisória n.º 2.215-10, de 31/08/2001.

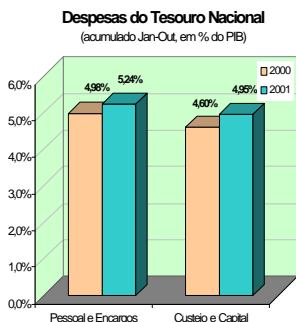
Adicionalmente, os seguintes fatores, contribuíram para elevação da despesa de pessoal em 2001: i) pagamento da primeira parcela do passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios), conforme estabelecido no art. 8º da Medida Provisória n.º 2.169-43, de 24/08/2001, devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pela Lei n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico Único –

Caixa 1 – Securitização da Dívida Agrícola

Em 1999, a Lei n.º 9.866 concedeu aos produtores rurais, como incentivo à adimplência, bônus de até 30% do valor das prestações, além de prorrogação de parcelas. Em 31 de outubro deste ano, a MP n.º 9 concedeu os seguintes incentivos adicionais à adimplência, entre outros: i) pagamento de 32,5% das prestações de 2001; ii) repactuação em até 24 anos; iii) dispensa da correção do saldo devedor pela variação do preço mínimo; iv) desconto de até 40% na liquidação antecipada. O subsídio resultante da securitização dessas dívidas, desde 1997, soma R\$ 3,5 bilhões.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	4,98%	5,24%
Custeio e Capital	4,60%	4,95%
Despesas do FAT	0,53%	0,56%
Subsídios e Subvenções	0,34%	0,39%
Outras	3,73%	4,01%



Contribuíram para elevação das despesas de custeio, o aumento nos gastos realizados pelo Ministério da Saúde, os quais passaram de R\$ 13,9 bilhões até outubro de 2000, para R\$ 16,0 bilhões no mesmo período de 2001.

RJU). Tal passivo teve origem na Resolução nº 35/99, do Senado Federal, a qual tornou sem efeito o inciso I do art. 7º da Lei nº 8.162/91; e ii) incorporação do percentual de 11,98% na folha de pagamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público da União, referente à conversão dos salários pela URV, em cumprimento a decisão judicial.

A rubrica "custeio e capital" apresentou aumento de 0,4 ponto percentual do PIB, em comparação a igual período de 2000. Houve acréscimos, principalmente, na categoria "outras despesas de custeio e capital", que passou de 3,7 % do PIB em 2000, para 4,0 % do PIB este ano. Em valores nominais, essa elevação deveu-se, em parte, ao acréscimo verificado nas despesas de custeio e investimento das ações de Saúde pública, em decorrência do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000. Até outubro desse ano, o Ministério da Saúde realizou gastos com tais ações da ordem de R\$ 16,0 bilhões, contra R\$ 13,9 bilhões, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

As despesas do FAT permaneceram estáveis em percentual do PIB. Em valores nominais aumentaram 15,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Ocorreu aumento principalmente nos gastos com benefício do seguro desemprego e do abono salarial, que passaram de R\$ 4,0 bilhões em 2000, para R\$ 4,6 bilhões em 2001. Tal variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento do salário mínimo ocorrido a partir de abril deste ano.

Por fim, os gastos do Tesouro Nacional com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações aumentaram menos de 0,1 ponto percentual do PIB, comparativamente a 2000. Até outubro deste ano, as despesas com subsídios à agricultura atingiram R\$ 2,0 bilhões, ao passo que em idêntico período do ano anterior perfizeram de R\$ 1,9 bilhão. Os subsídios às exportações no âmbito do Proex aumentaram 83,5% no período, em decorrência da desvalorização do real, bem como do aumento na procura por financiamentos com recursos do Programa. As operações realizadas pelo Programa, na modalidade sujeita a equalização de taxas, atingiram o montante de US\$ 401,5 milhões até outubro deste ano, contra US\$ 263,5 milhões em igual período do ano anterior. Por sua vez, o volume de exportações vinculadas atingiu o montante de US\$ 12,7 bilhões até outubro de 2001, contra US\$ 8,6 bilhões no mesmo período de 2000.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Out (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	1.934,8	2.006,5
Custeio Agropecuário	97,3	132,6
Investimento Rural	12,9	45,9
Preços Agrícolas	412,6	383,7
- EGF	2,6	2,2
- AGF	371,8	291,3
- Sustentação de preços	38,2	90,2
Pronaf	286,6	322,0
PESA	0,0	29,0
Securitização (Lei 9.138)	1.125,4	1.093,3
Exportação	531,5	975,3
Proex	531,5	975,3
Total	2.466,3	2.981,9

Previdência Social

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 954,4 milhões em outubro, 13,8% inferior, em termos nominais, ao déficit ocorrido no mês anterior. A melhora no resultado, comparativamente ao mês anterior, decorreu basicamente

do incremento de 3,3% na arrecadação líquida, as quais perfizeram R\$ 5,1 bilhões no mês, contra R\$ 4,9 bilhões em setembro.

A despesa com benefícios previdenciários manteve-se praticamente constante. Em outubro, houve um incremento de 37,2% no fluxo de novos benefícios em comparação com o mês anterior. Todavia, o número de benefícios cessados e suspensos no mês foi superior às novas entradas, deixando a despesa praticamente inalterada.

Benefícios Concedidos	2001		
	Set	Out	%
Quantidade*	77,7	106,5	37,2%
Valor Médio**	388,9	389,0	0,0%

(*) Em Mil
(**) Em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Set	Out	Jan-Out	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	4.911,5	5.072,3	43.527,6	48.809,7
Arrecadação Bruta	5.290,2	5.495,3	47.003,6	53.010,1
- Contribuição Previdenciária	4.951,5	5.077,2	43.701,9	49.393,3
- Simples	220,5	221,4	1.623,4	1.995,7
- CDP	0,0	21,1	206,5	73,8
- CFT	24,8	36,6	192,7	307,3
- Depósitos Judiciais	47,8	91,4	787,9	646,8
- Refis	36,1	38,0	190,1	380,4
- Outras Receitas	9,5	9,6	301,1	212,9
(-) Restituição/Devolução	-23,4	-63,3	-148,1	-316,2
(-) Transferências a Terceiros	-355,3	-359,7	-3.327,8	-3.884,1
Benefícios Previdenciários	6.019,1	6.026,7	50.186,6	57.367,4
Resultado Primário	-1.107,7	-954,4	-6.659,0	-8.557,7
Resultado Primário/PIB			-0,75%	-0,88%

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 954,4 milhões no mês de outubro. No acumulado do ano, o déficit atingiu R\$ 8,6 bilhões ou 0,88% do PIB estimado.

Pelo lado da receita, observou-se um aumento de 3,3%, equivalente a R\$ 160,8 milhões, em relação ao mês anterior na arrecadação líquida. Registre-se o resgate de R\$ 21,1 milhões de Certificados da Dívida Pública (CDP), sem correspondência em setembro.

No ano, o déficit da previdência atingiu o montante de R\$ 8,6 bilhões, com elevação nominal de 28,5% em relação a idêntico período de 2000. Em relação ao PIB estimado, o déficit apresentou crescimento de 0,13 ponto percentual, passando de 0,75% do PIB, de janeiro a outubro de 2000, para 0,88% este ano.

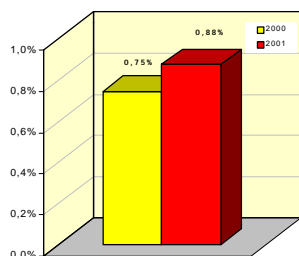
A arrecadação líquida atingiu R\$ 48,8 bilhões no acumulado do ano, apresentando crescimento de 12,1% em relação ao mesmo período ano passado. Destaca-se o incremento de R\$ 5,7 bilhões provenientes das contribuições previdenciárias, reflexo do esforço de recuperação de receitas, e dos reajustes na tabela de contribuições a partir de maio (salário mínimo) e de julho (benefícios acima de um salário mínimo) de 2001.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,87%	5,00%
Benefícios	5,62%	5,88%
Resultado Primário	-0,75%	-0,88%

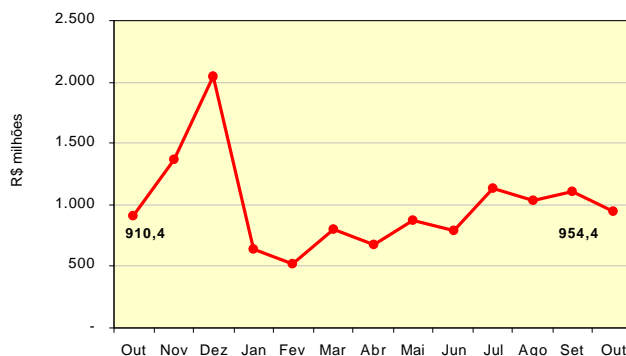
Até outubro de 2001, a arrecadação líquida da previdência atingiu R\$ 48,8 bilhões, contra R\$ 43,5 bilhões no mesmo período do ano passado.

Dentre os fatores que afetaram a arrecadação líquida no período, destacam-se: i) aumento no recolhimento das microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do Simples, que passou de R\$ 1,6 bilhão em 2000, para R\$ 2,0 bilhões em 2001; ii) arrecadação das receitas decorrentes do Refis, com incremento de R\$ 190,3 milhões em relação ao ano anterior; e iii) receitas de contribuições por meio dos Certificados do Tesouro Nacional (CFT-E), no âmbito do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), registrando crescimento de 59,5% (R\$ 192,7 milhões) em relação a igual período de 2000.

Déficit da Previdência Social
Jan-Out (% PIB)



Déficit da Previdência Social
Brasil, 2000/2001



Benefícios Emitidos	Jan/2000- Out/2000	Jan/2001- Out/2001	%
Quantidade*	19,2	19,9	3,6%
Valor Médio**	265,4	295,7	11,4%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

As despesas com benefícios previdenciários perfizeram R\$ 57,4 bilhões até outubro, apresentando acréscimo da ordem de R\$ 7,2 bilhões. Essa variação é atribuída, principalmente, ao aumento de 11,4% do valor médio dos benefícios pagos, e acréscimo de 3,6% na quantidade dos benefícios.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 298,4 bilhões, ou 25,5% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos meses de agosto, setembro e outubro.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 298,4 bilhões, no mês de outubro, equivalente a 25,5% do PIB.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2001

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Ago	Set	Out
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	87.824	92.828	100.856
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	464.504	475.126	490.691
Dívida Contratual da STN	-292.100	-296.906	-303.018
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-84.581	-85.391	-86.816
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	188.413	197.043	197.560
Dívida Mobiliária em Mercado	142.496	149.007	149.593
Títulos Depositados em Garantia	-4.305	-4.457	-4.858
Dívida Contratual	51.288	53.655	53.965
Disponibilidades	-1.065	-1.162	-1.140
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	276.237	289.871	298.416
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,9%	25,0%	25,5%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A depreciação da taxa de câmbio e as emissões de títulos indexados à variação cambial contribuíram para o aumento da dívida líquida no mês.

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida aumentou 0,5 ponto percentual do PIB. A maior parte desse aumento deve-se ao crescimento de R\$ 15,6 bilhões na dívida mobiliária interna em mercado, em decorrência dos efeitos da depreciação cambial sobre os títulos indexados à variação da taxa de câmbio e à emissão líquida de títulos cambiais ocorridas no mês. O pequeno crescimento na dívida externa líquida (R\$ 517,0 milhões) foi devido à depreciação ocorrida no mês da moeda nacional frente ao dólar (1,34%).

A dívida interna líquida aumentou R\$ 8,1 bilhões em relação a setembro. Tal comportamento reflete o crescimento do estoque da dívida mobiliária em mercado de R\$ 15,6 bilhões, que foi compensado, em parte, pelo aumento dos haveres contratuais da STN em R\$ 6,1 bilhões, devido à apropriação de encargos aos saldos associada à variação de seus principais indexadores (IGP-DI, Selic, TR e câmbio), e dos haveres dos fundos, autarquias e fundações (R\$ 1,4 bilhão), em decorrência da variação cambial e do aumento das disponibilidades do FAT no BNDES. Com relação à dívida mobiliária

Dívida Interna Líquida

interna, o aumento do saldo está relacionado às emissões líquidas de R\$ 7,4 bilhões e à apropriação de juros em R\$ 8,2 bilhões.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2001

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Ago	Set	Out
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	87.824	92.828	100.856
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	464.504	475.126	490.691
LFT	254.034	255.030	260.464
LTN	58.072	57.183	52.859
NTN-C	22.454	23.401	24.872
NTN-D	11.924	20.941	35.461
Demais	96.171	97.051	97.424
Dívida Securitizada	19.400	19.098	17.263
TDA	2.449	2.422	2.347
DÍVIDA CONTRATUAL	-376.681	-382.297	-389.835
<i>Tesouro Nacional</i>	-292.100	-296.906	-303.018
Dívida Bancária	25.990	25.989	26.419
Lei nº 7.976/89	-11.585	-12.082	-12.309
Lei nº 8.727/93	-44.576	-44.639	-45.083
Lei nº 9.496/97	-148.095	-149.746	-150.755
Renegociação Dívida Municipais	-19.514	-19.700	-19.795
Demais Haveres da STN	-94.320	-96.729	-101.495
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-84.581	-85.391	-86.816
FAT	-61.622	-62.252	-63.525
Demais Entidades	-22.958	-23.139	-23.291
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	40,1%	40,8%	41,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,5%	-32,8%	-33,2%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,2%	-25,5%	-25,8%

Em outubro, a dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 15,6 bilhões, sendo R\$ 8,2 bilhões relativos à apropriação de juros e o restante devido às emissões líquidas.

Emissões e Resgates

Em outubro, as emissões da Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado corresponderam a R\$ 22,3 bilhões, e os resgates realizados perfizeram R\$ 14,9 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 7,4 bilhões.

No mês de outubro, o Tesouro Nacional realizou emissão líquida de R\$ 7,4 bilhões.

Dentre as operações realizadas por intermédio de ofertas públicas, cumpre destacar as emissões de títulos cambiais (NTN-D) e prefixados (LTN) nos montantes respectivos de R\$ 14,3 bilhões e R\$ 4,9 bilhões. Além disso, o Tesouro deu continuidade à colocação mensal de NTN-C (R\$ 625,0 milhões) e emitiu volume relativamente reduzido de LFT (R\$ 1,7 bilhão).

A forte utilização de NTN-D está associada ao processo de adaptação do Governo Federal ao disposto no art. 34 da Lei de Responsabilidade Fiscal, iniciado em setembro.

Os efeitos positivos de medidas realizadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, no início do mês, visando reduzir a volatilidade da cotação do dólar, contribuíram para a relevante colocação de LTN no mês de outubro. Foram ofertados títulos prefixados nos leilões realizados nos dias 02, 09, 16, 23 e 30, com prazo de vencimento de 6 meses. Contribuiu, ainda, para o sucesso da emissão destes títulos o expressivo montante de LTN resgatadas no mês (R\$ 10,0 bilhões).

TABELA 4
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO BRASIL, Out/2001

(R\$ milhões)			
Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	21.554	719	22.273
LFT	1.726	0	1.726
LTN	4.952	0	4.952
NTN-C	625	0	625
NTN-D	14.251	7	14.258
TDA	0	8	8
Securitizada**	0	5	5
Demais	0	700	700
II. Resgates***	10.769	4.124	14.893
LFT	242	0	242
LTN	10.000	0	10.000
NTN-C	139	0	139
NTN-D	387	0	387
TDA	0	104	104
Securitizada**	0	2.077	2.077
Demais	0	1.944	1.944
III. Valor líquido (I-II)	10.786	-3.405	7.381

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 2 - Emissões de NTN-C

Foi realizado, nos dias 27 e 28 de setembro, com liquidação financeira em 1º de outubro, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2005 e 2011. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 625,2 milhões, sendo R\$ 509,8 milhões relativos ao títulos com vencimento em 2005 e R\$ 115,4 milhões de NTN-C com vencimento em 2011. Do valor arrecadado, R\$ 49,9 milhões foram recebidos em títulos e R\$ 575,4 milhões em dinheiro.

As taxas obtidas foram de 10,33% a.a. para o título mais curto e 10,40% a.a. para o título mais longo, contra 10,21% a.a. e 10,35% a.a., do leilão realizado em 30 e 31 de agosto.

As emissões diretas da dívida mobiliária totalizaram R\$ 719,3 milhões, tendo sido mais representativas as seguintes: i) R\$ 455,5 milhões de CFT-A5 em troca de CFT-A1 junto ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC) para adequação de fluxo atuarial; ii) R\$ 113,4 milhões de LFT-B para o estado da Bahia decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária; e, iii) R\$ 86,1 milhões de NTN-I amparadas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Os resgates de títulos emitidos por meio de emissão direta totalizaram R\$ 4,1 bilhões, dos quais destaca-se o resgate de parte da dívida agrícola, em 30/10/2001, no montante de R\$ 1,8 bilhão.

Foi pago R\$ 1,8 bilhão às instituições financeiras referente à securitização da dívida agrícola na forma de resgate de títulos emitidos em garantias.

Boxe 3 - Substituição das NTN-I em Mercado

O Tesouro Nacional empreendeu mais uma iniciativa no sentido da padronização dos instrumentos de dívida pública, visando, dentre outros, o aumento da liquidez no mercado secundário e a melhoria no processo de precificação de títulos pelos agentes de mercado. Por intermédio de programa de redução do número de séries das Notas do Tesouro Nacional – série I, títulos emitidos no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, foram realizadas operações de troca das atuais 8.608 séries de NTN-I em mercado, por NTN-D ou NTN-I (com opção de 180 séries específicas).

Vale mencionar ainda que, em abril de 2001, também foram adotadas medidas visando o aumento da fungibilidade das NTN-I, por meio da mudança da metodologia das emissões desses títulos, as quais, a partir dessa data, passaram a ter data de emissão retroativa à abril de 2001.

Composição

Conforme exposto na tabela 5, as principais alterações na composição da dívida referem-se à participação dos títulos cambiais e prefixados. Nota-se que a participação de títulos vinculados à variação cambial aumentou em 2,75 pontos percentuais, em virtude das emissões líquidas de NTN-D e da depreciação cambial observada no mês de outubro (1,34%).

Quanto aos títulos prefixados, sua participação reduziu-se de 12,04% no mês anterior para 10,84% em outubro, como consequência do resgate líquido mencionado anteriormente e do aumento do estoque da DPMFi.

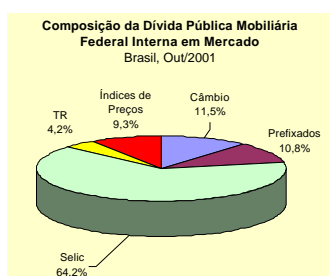


TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO POR TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2000/2001

Indexador	2001 (%)		
	Out	Set	Out
Selic	61,45	65,10	64,45
Câmbio	7,56	8,40	11,15
Prefixados	18,64	12,00	10,84
Índices de Preços	6,98	9,80	9,31
TR	5,30	4,70	4,24
Outros	0,07	0,00	0,00

* Não inclui dívida agrícola.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em mercado caiu de 23,42% a.a., em setembro, para 19,62% em outubro (vide tabela 6). A redução é explicada, basicamente, pelo fato de a desvalorização cambial ocorrida em outubro (1,34%) ter sido inferior à de setembro (4,69%). Em consonância, pode-se observar queda do custo médio das NTN-D de 109,73% a.a. em setembro para 30,13% a.a. em outubro.

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

Título	Em % anual		
	2000	2001	
	Out	Set	Out
LTN	18,50	18,10	18,17
LFT	16,60	19,06	19,06
NTN-C	16,98	16,88	26,34
NTN-D	73,18	109,73	30,13
TDA	7,67	8,03	9,31
Dívida Securitizada *	12,15	13,13	14,03
Demais	21,37	30,66	19,07
Total	20,44	23,42	19,62

* Não inclui dívida agrícola.

Em outubro, o custo médio total da dívida mobiliária em mercado caiu para 19,62%. Essa queda pode ser explicada pelo fato de a depreciação cambial ocorrida em outubro ter sido inferior à de setembro.

Excluindo-se os títulos cambiais, observou-se uma elevação de 1,07 ponto percentual no custo médio da DPMFi, que passou de 17,96% a.a. em setembro para 19,03% a.a. em outubro (vide tabela 7). Tal fato é resultado, principalmente, da elevação no custo médio das NTN-C, decorrente da variação do IGP-M (indexador desses títulos) em outubro, superior à observada em setembro.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2000				
Out	16,55	20,44	17,09	20,83
Nov	16,18	18,88	17,00	19,56
Dez	15,98	15,38	16,86	16,57
2001				
Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	16,94	17,40
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi em mercado subiu, de 17,96% a.a. em setembro, para 19,03% a.a. em outubro.

O prazo médio da DPMFi em mercado, no mês de outubro, foi de 40,69 meses, apresentando redução de 1,12 meses em relação a setembro (vide tabela 8). Essa variação decorre, essencialmente, das quedas nos prazos médios das NTN-D, NTN-C e LFT, apesar do aumento nos prazos médios dos TDA e da dívida securitizada.

Prazo Médio

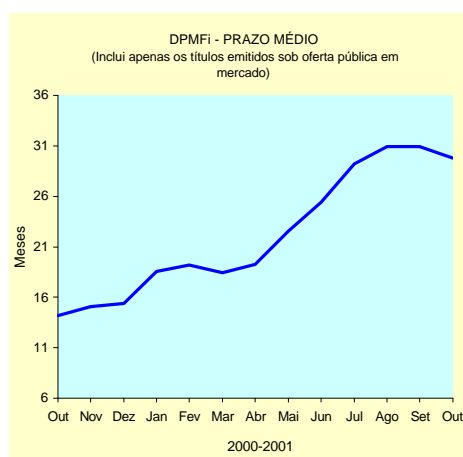
O prazo médio da dívida interna em mercado passou de 41,81 meses em setembro, para 40,69 meses em outubro.

A queda de 4,36 meses no prazo médio das NTN-D deveu-se à expressiva emissão líquida ocorrida no mês, cujo prazo médio de emissão (15,77 meses) foi inferior ao seu prazo médio de estoque em setembro (20,13 meses). Analogamente, esse também foi o motivo da redução no prazo médio das NTN-C e LFT que, em outubro, foram de 71,07 e 24,00 meses, respectivamente, enquanto o prazo médio de estoque em setembro era de 74,77 e 39,08 meses.

Título	2000		2001	
	Out	Set	Out	Set
LTN	5,48	3,40	3,30	
LFT	27,12	39,08	38,36	
NTN-C	37,98	74,77	73,48	
NTN-D	9,10	20,13	15,77	
TDA	48,08	46,71	47,76	
Dívida Securitizada*	78,53	65,80	67,83	
Demais	91,76	92,48	92,57	
Total	31,42	41,81	40,69	

(*) Inclui dívida agrícola.

Período	Total	Pub (1)	
2000	Out	31,42	14,19
	Nov	32,17	15,05
	Dez	32,27	15,36
2001	Jan	34,56	18,54
	Fev	34,90	19,19
	Mar	34,12	18,43
	Abr	35,24	19,28
	Mai	37,99	22,52
	Jun	40,23	25,39
	Jul	41,13	29,20
	Ago	42,05	30,93
	Set	41,81	30,92
	Out	40,69	29,81



(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.

Dívida Externa Líquida

Em outubro, o saldo da dívida externa líquida perfaz 16,9% do PIB, caindo 0,1 ponto percentual em relação ao mês anterior, em decorrência dos pagamentos de principal e juros ocorridos no mês.

O estoque da Dívida Pública Federal externa - DPFe do Tesouro Nacional, em moeda nacional, aumentou 0,44% (R\$ 896,3 milhões), em relação ao mês anterior. Esse crescimento foi devido à desvalorização cambial (1,34%) no mês de outubro ter sido superior à queda do saldo devedor em dólar (0,89%).

	2000		2001	
	Out	Set	Out	Set
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	101.421,9	149.006,6	149.593,2	
Bônus de Renegociação	50.797,5	53.314,3	53.067,8	
Bônus de Captação	50.624,3	95.692,3	96.525,4	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	37.028,8	53.655,2	53.964,9	
Organismos Multilaterais	16.219,7	27.121,0	27.280,3	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.548,7	9.108,6	9.225,4	
Clube de Paris	14.260,3	17.425,5	17.459,2	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.368,6	-4.456,8	-4.858,2	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-889,0	-1.162,0	-1.140,3	
V. TOTAL (I+II+III+IV)	133.193,0	197.043,0	197.559,6	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,4%	17,0%	16,9%	

A diminuição do saldo devedor em dólar, no montante de US\$ 672,2 milhões, decorreu, essencialmente, da amortização dos bônus New Money Bond e Eligible Interest Bond, em 15/10/01, e também da valorização das moedas européias e japonesa frente ao dólar.

O montante despendido com os pagamentos da dívida externa totalizou R\$ 4,9 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhão referiu-se ao principal e R\$ 3,6 bilhões a juros e encargos. Das despesas totais no mês de outubro, R\$ 4,4 bilhões referiram-se à dívida mobiliária, R\$ 242,7 milhões a pagamentos para organismos multilaterais, R\$ 189,7 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 25,3 milhões ao Clube de Paris, conforme demonstrado na tabela 10.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Out/2001

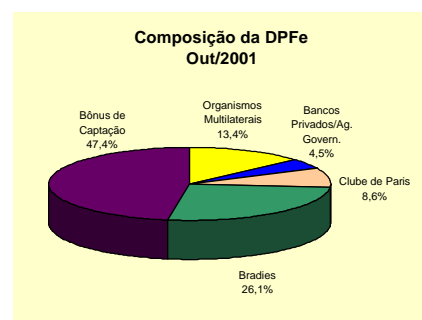
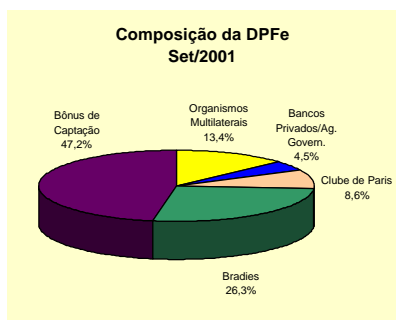
(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	1.303,7	3.601,6	4.905,3
I.1. Organismos Multilaterais	159,4	83,3	242,7
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	154,3	35,4	189,7
I.3. Clube de Paris	0,0	25,3	25,3
I.3. Dívida Mobiliária	990,0	3.457,6	4.447,6
DCB	0,0	294,5	294,5
Flirb	0,0	47,2	47,2
NMB	293,1	129,7	422,8
Par Bond	0,0	178,1	178,1
Samurai 2003	0,0	31,5	31,5
Global 2024	0,0	266,1	266,1
Euro 2004	0,0	139,0	139,0
Global 2008	0,0	159,9	159,9
Euro 2007	0,0	179,9	179,9
Samurai 2007	0,0	43,2	43,2
Global 2009	0,0	404,4	404,4
C-Bond	0,0	737,1	737,1
Discount	0,0	170,3	170,3
EI Bond	696,9	190,5	887,4
Global 2004	0,0	486,3	486,3

Foram pagos no mês R\$ 4,9 bilhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.

Em função das amortizações da dívida renegociada, conforme mencionado anteriormente, houve queda da participação dos bônus de renegociação e aumento da participação dos bônus de captação.

Composição



Prazo Médio

O prazo médio da dívida externa ficou em 6,68 anos em outubro, contra 6,62 anos no mês anterior.

No sentido de uniformizar as estatísticas de prazo médio das dívidas externa e interna publicadas no Resultado do Tesouro Nacional, o Tesouro Nacional decidiu adotar, a partir desse mês, para a dívida externa, a mesma metodologia de cálculo utilizada para o cálculo da dívida interna.

A metodologia anterior baseava-se no cálculo da “vida média”, pela qual ponderavam-se os prazos de vencimento dos títulos pelos seus respectivos estoques, não considerando para tal os fluxos de juros. A metodologia adotada a partir desse mês visa expressar mais claramente o risco de refinanciamento do Tesouro Nacional, visto que os prazos de pagamento das parcelas de principal e juros passam a ser ponderados pelo valor nominal dos fluxos de amortização e juros, descontados pelas curvas (taxas de juros) dos respectivos títulos.

**TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001**

Título	2000		2001
	Out	Set	Out
Prazo Médio (anos)	7,39	6,62	6,68
Bônus de Renegociação	7,07	6,46	6,68
Bônus de Captação	7,71	6,71	6,69
Globais	9,22	8,30	8,27
Euros	3,97	3,70	3,65
Demais	3,16	2,95	2,88
Custo Médio (% a.a.) *	9,09	8,69	8,72
Bônus de Renegociação	7,53	6,37	6,39
Bônus de Captação	10,65	9,99	10,00
Globais	11,32	10,97	10,97
Euros	9,93	9,80	9,80
Demais	6,32	5,04	5,04

* Custo Médio em dólares.

Pela nova metodologia, o prazo médio da dívida mobiliária externa aumentou de 6,62 para 6,68 anos, devido, principalmente, à amortização do bônus NMB e do bônus EI, visto que não houve no mês novas emissões.

O custo médio em dólares da dívida mobiliária externa apresentou um ligeiro aumento, passando de 8,69% a.a. para 8,72% a.a., em razão de as taxas de juros dos títulos que foram amortizados (5,5% a.a. e 5,4% a.a.) serem inferiores à média das taxas dos títulos remanescentes.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
I. RECEITA TOTAL	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.472,1	21.642,8	24.666,2	23.404,5	20.930,4	21.969,9	22.572,0	21.192,4	23.495,2
I.1. Receitas do Tesouro	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.692,4	16.995,4	19.883,8	18.486,0	15.888,0	16.986,1	17.519,8	16.280,9	18.422,8
I.1.1 Receita Bruta	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,4	18.658,8	16.699,2	18.993,1
- Impostos	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3
- Contribuições	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.301,4
- Demais	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,6	2.543,7	1.515,3	1.788,4
I.1.2. (-) Restituições	-568,4	-367,9	-459,6	-314,1	-291,7	-253,0	-132,4	-104,1	-978,2	-1.079,3	-1.139,0	-418,3	-570,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-71,3	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,3	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5
II.1. Transferências Constitucionais	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5
II.2. Lei Complementar 87/96	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.3. Demais	352,1	677,8	335,7	517,5	612,1	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.651,8	18.323,4	21.033,6	19.099,3	17.324,3	18.431,4	18.903,7	17.333,7	19.933,6
IV. DESPESA TOTAL	15.616,8	15.082,0	23.844,5	15.741,6	14.001,2	14.674,8	14.353,4	15.542,2	15.702,3	17.126,1	16.398,0	15.726,2	17.655,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.953,1	4.913,3	4.782,2	4.863,6	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,2	4.785,8
IV.1.1. INSS	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4	223,8
IV.1.2. Demais	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.642,5	4.670,3	4.539,2	4.627,3	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,8	4.562,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7
IV.3. Custeio e Capital	5.885,2	4.755,4	7.403,9	4.528,5	3.786,1	4.444,6	4.025,1	4.991,4	4.562,0	4.743,9	5.518,2	4.900,9	6.843,2
IV.3.1. Despesa do FAT	555,1	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9
- Abono e Seguro Desemprego	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7
- Demais Despesas do FAT	72,5	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.287,5	219,7	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	326,1	101,5	532,1	138,1	1.279,2
- Operações Oficiais de Crédito	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	49,9	96,5	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	223,7	14,0	-2,0	72,9	90,7
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.904,2	3.127,8	3.493,2	3.507,7	4.026,2	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.199,8	4.959,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.075,2	1.342,0	-1.844,7	2.593,5	650,6	3.648,6	6.680,2	3.557,1	1.622,0	1.305,3	2.505,7	1.607,4	2.277,8
V.1. Tesouro Nacional	1.985,6	2.710,2	200,1	3.233,9	1.172,6	4.449,2	7.362,6	4.436,7	2.415,3	2.442,0	3.546,0	2.715,1	3.232,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-910,4	-1.368,2	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-45,7	-26,1	-106,8	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-28,0	-33,8	-42,0	-76,8	-50,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.029,5	1.315,9	-1.951,5	2.563,2	577,0	3.605,3	6.603,8	3.500,0	1.594,0	1.271,5	2.463,7	1.530,6	2.227,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-2.510,8	718,8	-621,4	66,4	479,4	276,2	-102,9	511,6	-186,5	-10,1	7,3	421,7	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	-1.481,3	2.034,7	-2.572,9	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-7.998,9	-6.330,2	-3.102,5	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-9.480,2	-4.295,5	-5.675,4	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	20.188,8	21.909,6	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.627,8	22.348,2	23.341,8	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.739,0
I.1 - Recolhimento Bruto	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.617,3	15.887,0	17.122,6	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-63,2	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2
I.5 - Receita do Salário Educação	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.343,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7
II. DESPESAS	24.296,1	22.906,3	30.517,9	23.315,6	19.960,1	17.802,6	23.463,7	23.970,6	25.054,8	26.422,1	21.796,3	21.178,3	24.638,2
II.1 - Liberações Vinculadas	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7
II.2 - Liberações Ordinárias	20.339,8	18.556,2	26.413,9	17.947,4	15.397,0	13.923,1	19.060,1	19.019,3	20.609,5	22.284,7	17.312,4	16.718,9	20.270,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.703,0	4.759,6	4.895,5	4.871,9	5.180,6	6.518,2	4.720,2	4.781,9	4.677,4	4.145,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9
i) Dívida Contratual Interna	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5
ii) Dívida Contratual Externa	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.587,5	2.429,8	3.312,8	3.306,3	3.757,5	3.509,8	3.512,0	3.896,1	4.414,6	4.295,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	194,5	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-4.107,3	-996,7	-2.270,1	-4.059,7	1.696,7	1.825,2	-1.115,5	-628,8	-3.649,4	-4.857,6	2.081,9	536,5	-1.899,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	20.692,9	19.875,1	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8
V. DESPESAS	25.669,2	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9
V.2.1 - Dívida Interna	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5
V.2.2 - Dívida Externa	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-6.167,5	-15.824,3	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-13.666,2	-7.449,5	10.940,1	-5.828,0	4.598,3	10.593,3	1.881,5	26.544,8	-1.140,0	-14.862,1	446,3	12.767,1	5.448,3

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOIRO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3
I.1. Emissão de Títulos	0,0	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	5.805,2	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1
II.1. Resgate de Títulos	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1
II.2. Encargos da DPMF	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0
III. RESULTADO (I - II)	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	53,5	37,1	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	31,2	13,6	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	22,1	23,3	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. TOTAL	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
I. DÍVIDA INTERNA	106.909,4	100.652,4	107.109,7	98.744,1	97.272,6	101.056,7	104.563,7	94.366,1	99.804,6	89.866,3	87.823,6	92.828,4	100.856,1
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5
Dívida Bancária	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9	13.017,4	11.170,0
CVS	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4	6.041,3	6.053,7
Titulos da Dívida Agrária -TDA	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5
Certificados de Privatização	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1
INSS	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6
Lei 7.976/89	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8
Bônus Renegociação	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3
Lei 8.727/93	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0
Lei 9.496/97	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4
Receíveis das Estatais	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4
Outros	-16.876,1	-16.861,9	-16.595,6	-16.776,0	-16.943,4	-17.315,1	-17.357,8	-17.409,5	-17.462,1	-17.600,5	-17.569,8	-18.049,9	-18.179,6
Fat	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2
Demais Entidades	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.199,7	-22.958,3	-23.138,8	-23.291,2
Créditos das Operações Oficiais	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-14.357,0
Arrecadação a Recolher	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.987,4
II. DÍVIDA EXTERNA	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.043,0	197.559,6
Dívida Mobiliária	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	149.006,6	149.593,2
Titulos Depositados em Garantias	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2
Dívida Contratual	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9
Disponibilidades	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	240.102,4	236.600,8	244.290,6	241.021,4	244.420,6	254.474,3	263.092,5	268.115,7	264.649,5	263.673,7	276.236,9	289.871,4	298.415,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,4%	21,9%	22,5%	22,0%	22,1%	22,8%	23,3%	23,6%	23,2%	22,9%	23,9%	25,0%	25,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	149.006,6	149.593,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8
Brazil Investment Bond (BIB)	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0
Interest Due and Unpaid (IDU)	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4
Discount Bond (DB)	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1
Debt Conversion Bond (DCB)	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1
New Money Bond (NMB)	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8
Eligible Interest (EI)	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.692,3	96.525,4
Bônus Samurai	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3
Bônus Marco Alemão 2007	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8
Bônus Parallel Franco	246,9	260,6	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4
Bônus Parallel Florim	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3	422,1	441,2	442,3
Bônus Parallel Xelim	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1
Bônus Global 2027	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9
Bônus EuroIra	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2	900,8	941,4	943,7
Bônus Eurosterling 2007	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9
Bônus Euro 2003	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9	1.220,8
Bônus Global 2008	711,7	655,5	704,8	705,5	723,2	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3
Bônus Marco Alemão 2008	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9
Bônus Global 2004	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3
Bônus Euro 2002	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3
Bônus Euro 2004	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8
Bônus Global 2009	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2
Bônus Euro 2006	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2
Bônus Euro 2001	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0
Bônus Global 2020	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1
Bônus Euro 2010	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3
Bônus Global 2030	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4
Bônus Samurai 2003	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5
Bônus Euro 2005	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1
Bônus Global 2007	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.833,9	4.013,6	4.067,4
Bônus Global 2040	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4
Bônus Euro 2007	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3
Bônus Samurai 2006	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5
Bônus Global 2006	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7
Bônus Euro 2011	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.785,6	1.767,3
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2
III. DÍVIDA CONTRATUAL	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3
V. TOTAL (I+II+III+IV)	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.043,0	197.559,6
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,4%	12,6%	12,6%	13,0%	13,3%	13,7%	14,1%	15,3%	14,4%	15,1%	16,3%	17,0%	16,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	525.036,8	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5	628.931,3	657.074,6
I. Dívida com Mercado	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5
LTN	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2
LFT	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3
LFT-A	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8
LFT-B	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8
LFT-E	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5
NTN-A	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5
NTN-C	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1
NTN-D	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5
NTN-H	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4
NTN-I	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7
NTN-P	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5
CFT-A	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0
CFT-D	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2
Demais	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9
II. Dívida com BACEN	122.726,9	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1
LTN	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8
LFT	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9
LFT-A	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8
NTN-A	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1
NTN-D	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0
Demais	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4
Dívida Mercado/PIB	37,6%	36,8%	36,7%	36,5%	36,2%	36,6%	36,6%	35,7%	37,2%	38,5%	38,3%	39,1%	40,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Out/2000	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2001
I. INTERNA	-73.953,7	-75.489,3	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.773,3	-84.580,7	-85.390,9	-86.816,3
Dívida contratual	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1
FAT	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2
Aplicações financeiras	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0
Fundos Regionais	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.922,4	-15.219,0	-15.457,7	-15.677,7
Demais	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5
II. EXTERNA	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3
Disponibilidades	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-74.842,7	-76.475,6	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.838,1	-85.645,7	-86.553,0	-87.956,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,0%	-7,1%	-7,1%	-7,2%	-7,3%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,5%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em outubro, foram 4,4% menores que os valores distribuídos no mês de setembro/2001.

Contribuiu para isso a menor arrecadação do IR e IPI ocorrida no período de 21 de setembro a 20 de outubro de 2001, quando comparada ao mesmo período do mês anterior.

Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 15,4%. Comparando-se janeiro a outubro 2001 com o mesmo período de 2000, verificou-se variação nominal positiva de 17,8% para o FPM e 18,3% para FPE. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 14%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI-Exportação ficaram aquém da estimativa inicial, embora apresentando acréscimo de 1,5%, em relação aos valores transferidos no mês anterior. O IPI incidente sobre bebidas e sobre automóveis vem influenciando negativamente o montante arrecadado por conta do IPI-Total.

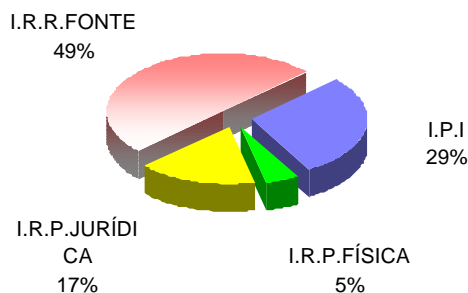
As transferências por conta do IPI-Exportação apresentaram, em outubro, um crescimento de 1,5% em comparação aos valores transferidos no mês de setembro/2001.

A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 10,0%.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **outubro**, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/01 SET/01	OUT/01 OUT/00	JAN A OUT/01 JAN A OUT/00
2000	1.217,4	1.151,4	12.242,6	-	-	-
2001	1.405,5	1.470,6	14.418,5	-4,4%	+15,4%	+ 17,8%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/01 SET/01	OUT/01 OUT/00	JAN A OUT/01 JAN A OUT/00
2000	1.163,3	1.100,2	11.644,7	-	-	-
2001	1.343,0	1.405,3	13.777,7	-4,4%	+15,4%	+ 18,3%

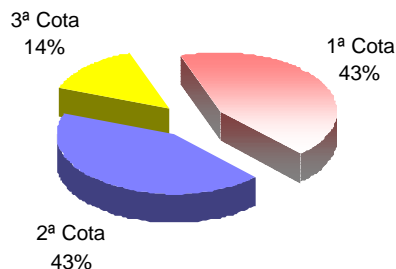
(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

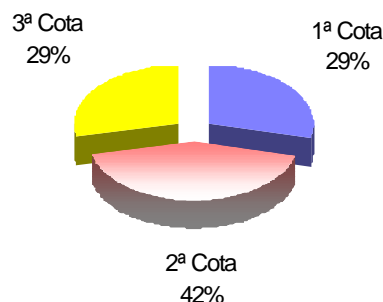
De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **outubro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/10**, **19/10** e **30/10**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
OUT	-6,0%	- 4,4 %	-6,0%	- 4,4%	+ 5,5%	+1,5%

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de setembro a 20 de outubro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Set.	447,9	2.265,3	2.713,3						
SET/2001				Out/2001	6.246,6	1.141,6	1.194,7	131,8	435,5
1º Dec./Out.	659,5	2.018,8	2.678,3	3º Dec./Set.	2.713,3	495,8	518,9	38,1	185,8
2º Dec./Out.	442,7	412,3	855,0	1º Dec./Out.	2.678,3	489,5	512,2	56,1	186,7
3º Dec./Out.	467,0	2.903,2	3.370,2	2º Dec./Out.	855,0	156,3	163,5	37,6	63,1

Obs.: 1) Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). 2) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF. Dos valores do FPE, FPM e IPI-EXP já foram excluídos 15% para o FUNDEF. 3) O montante calculado para o FUNDEF correspondente a 15% das receitas do FPE, FPM e IPI-EXP considera como se todos participassem do referido Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	6.533,71	39.052,79	3,76	8.086,10
AL	28.287,12	47.490,07	51,71	13.757,72
AM	16.194,43	31.854,11	3.067,41	9.471,67
AP	4.492,05	38.950,05	31,48	7.853,78
BA	108.125,45	107.263,34	7.024,61	52.678,40
CE	60.967,80	83.755,17	1.455,25	26.525,34
DF	2.846,64	7.879,05	7,55	2.256,61
ES	21.276,27	17.123,41	6.816,84	9.888,01
GO	44.406,35	32.455,71	827,89	14.307,51
MA	48.233,91	82.400,14	2.001,66	34.984,04
MG	155.605,31	50.850,83	20.125,29	45.761,91
MS	18.145,40	15.205,59	506,73	6.527,62
MT	23.088,71	26.346,08	906,69	9.752,68
PA	43.341,06	69.772,20	6.820,16	25.439,63
PB	38.508,58	54.668,20	291,40	16.623,09
PE	61.752,56	78.769,98	842,18	24.047,59
PI	29.561,72	49.331,41	145,40	14.678,74
PR	81.065,53	32.913,48	12.205,20	26.781,59
RJ	36.193,80	17.439,62	6.742,90	13.280,33
RN	29.537,70	47.693,27	358,66	13.854,40
RO	10.759,47	32.141,79	167,94	7.712,09
RR	5.652,22	28.318,70	5,79	6.013,01
RS	80.943,97	26.881,47	22.076,79	27.400,45
SC	46.994,35	14.609,70	12.808,52	14.739,39
SE	17.208,55	47.435,28	94,31	11.536,51
SP	157.479,98	11.415,61	26.352,03	49.301,67
TO	18.145,77	49.543,74	22,01	11.984,33
TOTAL	1.195.348,46	1.141.560,79	131.760,15	505.244,20

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	NOV/OUT	DEZ/NOV	JAN/DEZ
FPM/FPE/FNO/ FNE/FCO	+ 5,0%	+ 17,0%	- 2,0%
IPI-EXP	+ 1,0%	+23,0%	-11,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 14,0 %
FPE	+ 14,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan/2001	23/02/01	Jun/2001	08/08/01
Fev/2001	23/03/01	Jul/2001	29/08/01
Mar/2001	26/04/01	Ago/2001	03/09/01
Abr/2001	31/05/01	Repub.Ago/01	11/09/01
Mai/2001	28/06/01	Set/2001	29/10/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Tel: (061) 412-3116 / 412-3117

Fax: (061) 412.1559

OUTUBRO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de outubro apresentaram um acréscimo de 7,9% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso, basicamente, o desempenho, em termos globais, dos recursos originários do ICMS Estadual.

R\$ Mil

Origens	Setembro	Partic.	Outubro	Partic.	Out/ Set
FPM	218.786,0	13,3%	210.129,9	11,9%	-4,0%
FPE	210.794,0	12,9%	201.451,9	11,4%	-4,4%
IPI-EXP	22.903,3	1,4%	23.251,8	1,3%	1,5%
LC 87/96 LC 102/00	44.645,9	2,7%	44.902,2	2,5%	0,6%
Compl. União	25.508,4	1,6%	25.508,4	1,4%	-
ICMS	1.116.568,4	68,1%	1.262.894,9	71,4%	13,1%
Total	1.639.206,0	100%	1.768.139,1	100%	7,9%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

PORTARIA MF Nº 288 DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO 2001

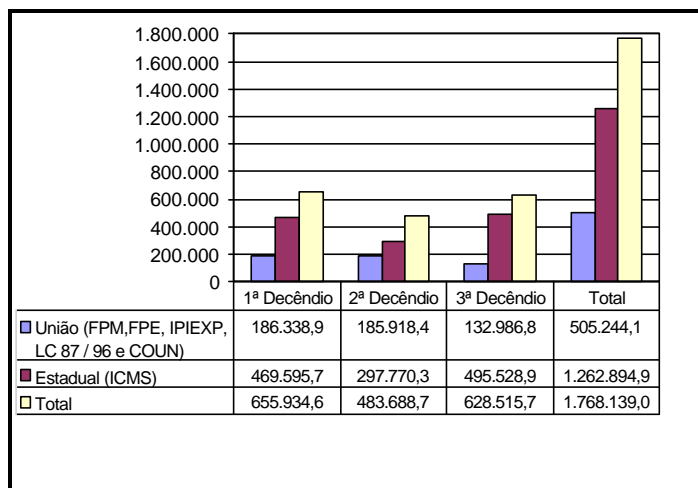
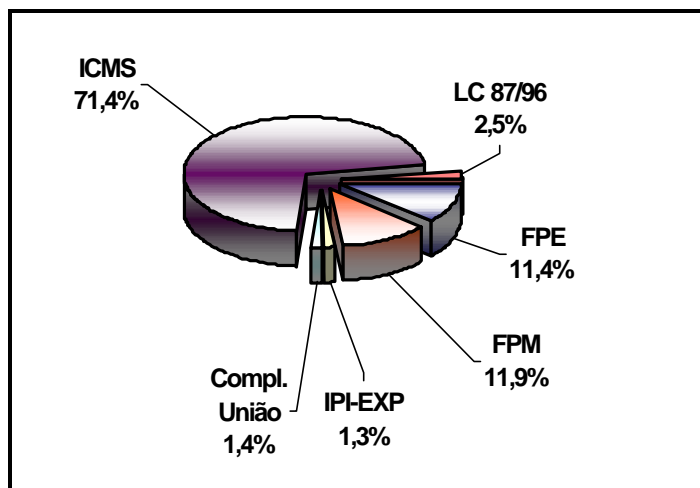
Portaria MF nº 288, de 27 de setembro de 2001, publicada no D.O.U. de 01.10.2001, que estabelece a reestimativa dos repasses da Complementação da União para o ano de 2001.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MÊS							
JANEIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
FEVEREIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MARÇO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
ABRIL	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MAIO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
JUNHO	0	23.591.801	1.731.047	14.532.671	8.810.129	2.281.278	50.946.926
JULHO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
AGOSTO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
SETEMBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
OUTUBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
NOVEMBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
DEZEMBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
TOTAL	2.616.050	183.718.200	15.300.708	137.222.800	66.536.800	21.016.600	426.411.158

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - OUTUBRO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	6.891,7	1.153,0	0,7	0,0	40,8	1.447,8	9.533,9	69,2	703,9
AL	667.007	8.380,6	4.991,8	9,1	0,0	376,2	7.524,8	21.282,5	31,9	324,0
AM	630.642	5.621,3	2.857,8	541,3	0,0	451,2	21.188,2	30.659,9	48,6	480,9
AP	116.231	6.873,5	792,7	5,6	0,0	182,0	1.538,4	9.392,1	80,8	821,0
BA	3.527.787	18.928,8	19.080,9	1.239,6	11.765,1	1.663,9	52.487,7	105.166,1	29,8	311,7
CE	1.698.971	14.780,3	10.759,0	256,8	0,0	729,2	27.251,2	53.776,6	31,7	319,8
DF(2)	321.563	1.390,4	502,3	1,3	0,0	362,5	0,0	2.256,6	7,0	71,2
ES	542.389	3.021,8	3.754,6	1.203,0	0,0	1.908,6	24.042,1	33.930,1	62,6	593,8
GO	1.044.232	5.727,5	7.836,4	146,1	0,0	597,5	34.184,3	48.491,8	46,4	443,4
MA	1.544.447	14.541,2	8.511,9	353,2	10.826,2	751,6	13.853,8	48.837,8	31,6	299,5
MG	3.433.497	8.973,7	27.459,7	3.551,5	0,0	5.777,0	113.114,5	158.876,4	46,3	459,4
MS	420.557	2.683,3	3.202,1	89,4	0,0	552,7	17.600,0	24.127,6	57,4	523,7
MT	576.334	4.649,3	4.074,5	160,0	0,0	868,9	18.647,4	28.400,1	49,3	466,6
PA	1.546.627	12.312,7	7.648,4	1.203,6	2.321,4	1.953,6	18.236,5	43.676,1	28,2	311,8
PB	814.623	9.647,3	6.795,6	51,4	0,0	128,7	10.226,6	26.849,7	33,0	348,1
PE	1.579.456	13.900,6	9.393,8	148,6	0,0	604,5	29.885,1	53.932,7	34,1	331,5
PI	723.848	8.705,5	5.216,8	25,7	595,7	135,0	5.944,0	20.622,7	28,5	306,6
PR	1.573.083	5.808,3	14.305,7	2.153,9	0,0	4.513,8	80.774,3	107.555,9	68,4	552,9
RJ	2.008.289	3.077,6	6.387,1	1.189,9	0,0	2.625,7	114.548,3	127.828,7	63,7	647,6
RN	594.181	8.416,5	5.212,5	63,3	0,0	162,1	10.519,3	24.373,7	41,0	409,6
RO	301.839	5.672,1	1.898,7	29,6	0,0	111,6	6.386,9	14.099,0	46,7	467,8
RR	78.462	4.997,4	997,5	1,0	0,0	17,1	1.483,5	7.496,6	95,5	960,9
RS	1.596.324	4.743,8	14.264,6	3.895,9	0,0	4.496,2	103.391,2	130.791,7	81,9	696,3
SC	908.259	2.578,2	8.293,1	2.260,3	0,0	1.607,8	38.751,6	53.491,0	58,9	607,9
SE	395.309	8.370,9	3.036,8	16,6	0,0	112,1	9.133,0	20.669,5	52,3	485,5
SP	5.486.865	2.014,5	28.500,2	4.650,4	0,0	14.136,6	496.308,9	545.610,5	99,4	859,8
TO	323.383	8.743,0	3.202,2	3,9	0,0	35,2	4.425,5	16.409,9	50,7	506,9
Total	32.591.935	201.451,9	210.129,9	23.251,8	25.508,4	44.902,2	1.262.894,9	1.768.139,1	54,3	508,4

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios) (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.